

Impactos da pandemia de Covid-19 à saúde de trabalhadores/as camponeses/as no semiárido potiguar

Fernando Vinícius de Oliveira Silva¹, Ana Karinne de Moura Saraiva², Andrezza Graziella Verissimo Pontes³, Jennifer do Vale e Silva⁴

Resumo

A pandemia de Covid-19 configurou-se como uma crise sanitária, caracterizando-se como uma das maiores adversidades em saúde dos últimos anos e resultando em diversos problemas. Este estudo objetivou analisar os impactos dessa pandemia à Saúde do/a Trabalhador/a da agricultura camponesa no semiárido potiguar, em Apodi/RN. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, ancorada no referencial do campo Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, realizada com dez camponeses/as. Em geral, constatou-se que a pandemia produziu impactos no processo de trabalho, tais como: paralisações do trabalho no campo, estagnação da comercialização e a necessidade de reorganização do trabalho com medidas de biossegurança. Além disso, novas relações entre vida/trabalho/saúde foram produzidas, tendo em vista os impactos provocados ao trabalho, à vida, à saúde, à renda e às relações familiares, repercutindo na exacerbação das inseguranças e carências que se evidenciaram como problemas e necessidades de saúde dos/as camponeses/as, entre elas: a insegurança alimentar e de renda, o isolamento social, a necessidade de trabalhar, a imprescindibilidade de um SUS forte e resolutivo. Por fim, destacaram-se percepções do trabalho camponês como uma potencialidade, reconhecido como benéfico e terapêutico. Contudo, em alguns casos, a sobrevivência tornou-se difícil diante dos múltiplos impactos pandêmicos, reafirmando a necessidade de políticas públicas efetivas.

Palavras-chave

Saúde do/a trabalhador/a. Trabalho camponês. Agricultura camponesa. SUS.

¹ Especialização em andamento em Residência Multiprofissional de Atenção Básica/Saúde da Família e Comunidade na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: fernando.vinicius489@gmail.com.

² Doutora em Enfermagem pela Universidade de São Paulo, Brasil; professora na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil; membro do Grupo de Estudos Educação, Trabalho, Saúde e Enfermagem. E-mail: anakarinne@uern.br.

³ Doutoranda em Saúde Pública na Universidade Federal do Ceará, Brasil; professora na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil; membro do Grupo de Estudos Educação, Trabalho, Saúde e Enfermagem. E-mail: andrezzapontes@uern.br.

⁴ Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade de São Paulo, Brasil; professor na Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Rio Grande do Norte, Brasil; vice-líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Humanidades e Saúde do Semiárido. E-mail: jennifer.silva@ufersa.edu.br.

Impacts of the Covid-19 pandemic on the health of peasant workers in the semi-arid region of Rio Grande do Norte, Brazil

Fernando Vinícius de Oliveira Silva¹, Ana Karinne de Moura Saraiva², Andrezza Graziella Verissimo Pontes³, Jennifer do Vale e Silva⁴

Abstract

The Covid-19 pandemic constituted a severe health crisis, emerging as one of the greatest public health challenges in recent years and resulting in several problems. This study aimed to analyze the impacts of this pandemic on the health of peasant agricultural workers in the semi-arid region of Rio Grande do Norte, in Apodi/RN, Brazil. This is a qualitative study, grounded in the Workers' Health framework, carried out with ten peasant workers. Overall, the pandemic was found to have impacted work processes, such as: work stoppages in the field, the stagnation of commercialization, and the need to reorganize work by adopting biosecurity measures. In addition, new relationships among life/work/health emerged, given the impacts on work, daily life, health, income, and family relations. This changes exacerbated existing insecurities and shortages, which manifested as health problems and needs among the workers, such as: food and income insecurity, social isolation, the necessity to continue working, and the indispensability of a strong and responsive Brazilian Unified Health System (SUS). Finally, perceptions of peasants work as a potential health resource, seen as beneficial and therapeutic, stood out. However, in some cases, survival became difficult due to the multiple pandemic-related impacts, reaffirming the need for effective public policies.

Keywords

Workers' health. Peasant work. Peasant agriculture. SUS.

¹ Specialization student in Multidisciplinary Residency in Primary Care/Family and Community Health at the State University of Rio Grande do Norte, State of Rio Grande do Norte, Brazil. Email: fernando.vinicius489@gmail.com.

² PhD in Nursing, University of São Paulo, State of São Paulo, Brazil; professor at the State University of Rio Grande do Norte, State of Rio Grande do Norte, Brazil; member of the Study Group Education, Work, Health and Nursing. Email: anakarinne@uern.br.

³ PhD student in Public Health at the Federal University of Ceará, State of Ceará, Brazil; professor at the State University of Rio Grande do Norte, State of Rio Grande do Norte, Brazil; member of the Education, Work, Health, and Nursing Study Group. Email: andrezzaPontes@uern.br.

⁴ PhD in Public Health, University of São Paulo, State of São Paulo, Brazil; professor at the Federal Rural University of the Semi-arid, State of Rio Grande do Norte, Brazil; vice leader of the Study and Research Nucleus in Humanities and Health of the Semi-arid. Email: jennifer.silva@ufersa.edu.br.

Introdução

Em 31 de dezembro de 2019, a China notificou à Organização Mundial de Saúde (OMS) os primeiros casos de uma nova pneumonia viral na cidade de Wuhan, província de Hubei, que posteriormente se tornou a pandemia de Covid-19. Em 2 de janeiro de 2020, identificou-se o agente etiológico viral responsável por esse vírus, que atingiu a maioria dos países e configurou-se como um alerta para as instituições globais de saúde pública (Wong; Leo; Tan, 2020). Em seguida, em março de 2020, a OMS decretou a pandemia de Covid-19 (Costa *et al.*, 2024). No Brasil, o primeiro caso foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020 (Brasil, 2020), enquanto no município de Apodi/RN, especificamente, em 29 de março de 2020 (Prefeitura Municipal de Apodi, 2020).

Desse modo, diversos países, entre eles, o Brasil, estabeleceram medidas de isolamento e distanciamento social (Natividade *et al.*, 2020). Assim, a pandemia caracterizou-se como uma das maiores adversidades de saúde pública mundial dos últimos anos, resultando em problemas sociais e psíquicos em grande parte da sociedade (Faro *et al.*, 2020). Além disso, o incidente afetou bruscamente a economia em todos os níveis, do micro ao macro, impactando o funcionamento de pequenos municípios, assim como de grandes metrópoles (Duarte *et al.*, 2020; Vinci; Polidori, C.; Polidori, P., 2020). Para além de uma crise sanitária, a pandemia provocou impactos ao funcionamento de distintas esferas da sociedade, sendo o seu fim declarado em 5 de maio de 2023. No entanto, a Covid-19 ainda continua a caracterizar-se como uma ameaça à saúde (OPAS/OMS, 2023).

Em geral, a pandemia trouxe impactos aos diversos âmbitos da sociedade, evidenciando a necessidade de reestruturação de redes de apoio, cooperação e solidariedade. Consistiu em uma crise multifacetada em cujo cerne encontra-se no modo de produção capitalista que destrói a natureza em busca de lucro, sem se importar com as repercussões à natureza e à humanidade, configurando-se como um acentuador de riscos e desastres (Basile, 2020). Tratou-se, então, de um momento de queda de máscaras e revelação da perversa face do capitalismo, que amedrontou, intimidou e matou, sobretudo, os mais vulneráveis. Esse contexto repercutiu sobre os/as camponeses/as, uma vez que, antes mesmo do início da pandemia, já eram negligenciados/as pelo Estado. Durante o período pandêmico, suas vulnerabilidades se intensificaram, carecendo de políticas públicas que intervissem de forma mais efetiva no seu contexto e realidade (Santos, 2020).

Nesse sentido, o objetivo deste estudo, bem como sua justificativa, parte da necessidade de analisar os impactos da pandemia de Covid-19 à Saúde do/da Trabalhador/a da agricultura

camponesa em contexto de conflito ambiental, especificamente, no semiárido potiguar. Para tanto, buscou-se: apreender percepções dos/as trabalhadores/as da agricultura camponesa sobre os impactos da pandemia ao trabalho; identificar problemas e necessidades de Saúde do/da Trabalhador/a relacionados à pandemia; conhecer estratégias de enfrentamento dos impactos da pandemia à Saúde do/da Trabalhador/a da agricultura camponesa.

Desse modo, trata-se de um estudo de relevância social, ao proporcionar mais visibilidade à problemática da Saúde do/da Trabalhador/a da agricultura camponesa, evidenciando demandas para os movimentos sociais do campo, universidades e políticas públicas nos âmbitos da saúde, vida e trabalho.

Metodologia

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório, de natureza descritiva e, quanto ao procedimento, caracterizou-se como pesquisa de campo. O estudo exploratório permitiu uma maior proximidade com o problema em questão, aprimorando e elucidando conceitos e ideias sobre algo novo. Por ser descritiva, busca descrever características de uma população, visando a entender suas particularidades (Gil, 2008). A pesquisa qualitativa se ocupa, nas Ciências Sociais, com um patamar da realidade de impossibilidade de quantificação das informações, detendo-se aos significados, percepções e opiniões (Flick, 2013; Minayo, 2013). Por ser uma pesquisa de campo, almejou maior aproximação e aprofundamento sobre essa realidade, realizada por meio da observação direta de comportamentos e percepções, a partir da conversação com os sujeitos do grupo estudado, com o intuito de explorar diversas interpretações e concepções (Gil, 2008).

As interpretações deste estudo foram fundamentadas no referencial teórico-metodológico da Saúde do/a Trabalhador/a, adotando uma perspectiva crítica. Trata-se de um campo de práticas e conhecimentos que evidencia a correlação entre trabalho e saúde, estabelecida nos distintos processos produtivos, abrangendo vários aspectos externos relacionados à organização do mundo do trabalho na sociedade capitalista (Pignatti; Maciel; Rigotto, 2013; Pontes, 2012).

A pesquisa ocorreu em Apodi, um município situado na mesorregião Oeste Potiguar e na microrregião da Chapada do Apodi, localizado no estado do Rio Grande do Norte (RN), no semiárido potiguar. Em Apodi, a agricultura familiar carrega uma trajetória marcada por conquistas no acesso à terra e por formas coletivas de organização para garantir água, sementes, produção e comercialização. Nesse caminho, as mulheres camponesas têm assumido destaque,

tanto nas lutas quanto no trabalho no campo, reafirmando sua força e protagonismo. Trata-se também de uma história de resistência ao avanço do agronegócio e ao uso de agrotóxicos, em defesa dos modos de vida da agricultura familiar na perspectiva agroecológica. No entanto, a expansão da fronteira agrícola tem colocado esse território em permanente disputa, onde se desenrola um conflito ambiental que ameaça essas conquistas (Pontes; Silva, R.; Silva, J., 2023).

Os/as participantes da pesquisa foram homens e mulheres que trabalham com a agricultura camponesa no município de Apodi. Os critérios de inclusão foram: ser trabalhador/a da agricultura familiar camponesa e residente em território do campo do referido município; ser sindicalizado/a no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Apodi/RN; ter mais de 18 anos. Por outro lado, os critérios de exclusão foram: ser exclusivamente empregado/a do agronegócio em Apodi/RN; apresentar sintomas gripais, ou impossibilidade de comunicação de qualquer natureza, no dia da entrevista.

Foi adotada a delimitação do tamanho amostral com base no critério de saturação teórica dos dados, interrompendo a coleta quando não fosse mais possível identificar novos elementos contributivos para a teorização desejada (Fontanella; Ricas; Turato, 2008).

Assim, a fase de campo iniciou-se no final de janeiro de 2023, perdurando até o final de fevereiro de 2023, com a realização de 10 entrevistas semiestruturadas, a partir do instrumento do roteiro orientador, composto pelas perguntas abertas: “O que a pandemia de Covid-19 trouxe de mudanças para a sua vida?”; “Como foi trabalhar na agricultura camponesa durante a pandemia de Covid-19?”; “O que mudou no seu trabalho com a pandemia de Covid-19?”; “Que problemas de saúde você teve durante a pandemia de Covid-19?”; “O que vocês precisaram para ter saúde no trabalho durante a pandemia de Covid-19?”; “O que vocês fizeram para buscar resolver os problemas de saúde durante a pandemia de Covid-19?”; “Como a pandemia de Covid-19 impactou o contexto de conflito ambiental existente em Apodi/RN?”. Além disso, caso a pessoa tenha tido Covid-19, as perguntas eram: “A doença Covid-19 comprometeu o seu trabalho? Se sim, como foi esse comprometimento?”; “Durante a doença e depois, ficou sentindo alguma coisa, alguma sequela?”; “Durante a doença Covid-19, você conseguiu ou teve que trabalhar mesmo estando doente, ou pôde cumprir a quarentena, isolamento, repouso e descanso?”; “Como ficou o seu trabalho enquanto esteve ausente com Covid-19?”.

Para a realização da pesquisa, foi necessária a articulação com o STTR de Apodi/RN, a partir de diálogos com o presidente e demais integrantes do Sindicato. Essa articulação foi imprescindível para a apresentação e esclarecimentos acerca da pesquisa, engajando todos/as eles/as no processo de convite aos/às camponeses/as do município supracitado.

Ademais, foram realizadas visitas em diferentes dias de funcionamento do Sindicato, bem como em eventos promovidos, como a Assembleia Anual e a reunião do Fórum da Agricultura Familiar de Apodi, visando a sensibilizar o público de camponeses/as. As entrevistas foram realizadas conforme a aceitação, disponibilidade de tempo e interesse em participar da entrevista em sala reservada na sede do STTR, estando presentes apenas o pesquisador e o/a entrevistado/a.

Em virtude dos riscos oriundos do contexto pandêmico, todas as medidas de biossegurança foram adotadas, na perspectiva de mitigar a possibilidade de contaminação pelo SARS-CoV-2, o vírus que causa a Covid-19. Inicialmente, em cada entrevista, foram explicados os objetivos da pesquisa e, em seguida, disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), bem como o Termo de Autorização para Uso de Áudio; após a assinatura de ambos, autorizava-se o início efetivo da entrevista. O tempo médio de duração foi equivalente a 30 minutos e, durante a realização da entrevista, com o consentimento dos/das participantes, os diálogos foram gravados em um dispositivo *tablet*, de modelo *Samsung Galaxy Tab A*. Posteriormente, eles foram transcritos na íntegra em conformidade com as falas, visando a garantir a fidedignidade das informações.

Como forma de garantir o anonimato dos/as entrevistados/as, somente os pesquisadores tiveram acesso às informações coletadas nas entrevistas. Assim, em hipótese alguma, os/as entrevistados/as foram identificados/as, optando-se pela utilização de códigos (E1, [...], E10) no roteiro orientador das entrevistas. Ademais, para a realização de menções e citações, utilizaram-se os vocábulos “Camponês/esa”, seguidos da numeração arábica correspondente à ordem de realização das entrevistas.

Após as transcrições das falas, iniciou-se a análise criteriosa dos dados, havendo associações entre as falas e as informações registradas no diário de campo do pesquisador, propiciando um estudo mais amplo e assegurando maior confiabilidade, conforme as necessidades da pesquisa (Minayo, 2013). Para analisar os dados, foi preciso penetrar e assimilar os significados que as pessoas entrevistadas vivenciaram e compartilharam, com relação ao trabalho no campo no período pandêmico. Assim, a análise ocorreu por meio de técnicas de aperfeiçoamento e análise de conteúdo, na modalidade de análise temática, mediante métodos e propósitos sistemáticos de descrição da essência das mensagens, propiciando a intercessão e interligação entre os conhecimentos e configurando-se em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados obtidos (Bardin, 2016).

Com base na análise realizada, foram definidas as seguintes categorias analíticas que compuseram este estudo: “‘Toda coisa ruim ela trouxe’ (Camponês 4): limites e possibilidades

do trabalho no campo para os/as camponeses/as na pandemia de Covid-19”; e “Entre ter trabalho, arritmias, pânico e a necessidade de sobreviver: os problemas, as necessidades de saúde e as estratégias de sobrevivência de agricultores/as camponeses/as na pandemia de Covid-19”. A segunda categoria desdobrou-se em duas subcategorias, sendo elas: “Pandemia e os problemas de saúde dos/as camponeses/as”; e ““Se num souber fazer, num sobrevive não” (Camponês 4): necessidades de saúde e sobrevivência de agricultores/as camponeses/as na pandemia de Covid-19”.

Por fim, cabe ressaltar que o presente estudo obedeceu aos princípios e postulados éticos, como recomendam as normas para pesquisas que incluem seres humanos, seguindo as resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 (Brasil, 2012; 2016), tendo sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a partir do parecer de número 5.723.841.

Resultados e discussão

“Toda coisa ruim ela trouxe”: limites e possibilidades do trabalho no campo para os/as camponeses/as na pandemia de COVID-19

A pandemia trouxe repercussões significativas ao processo de trabalho dos/das camponeses/as, impactando a relação entre vida, trabalho e saúde. Os/as participantes do estudo destacaram as dificuldades causadas pelas paralisações no campo e pelo fechamento do comércio e das feiras livres, o que resultou na estagnação da comercialização dos produtos. Alguns relatos ilustram essas dificuldades, tais como: “Eu acho que ela interferiu. De certa forma, teve essa interferência na questão de produção e comercialização [...]. No que fechou [...], prejudicou a parte de comercializar” (Camponesa 5) e “A gente não trabalhava, não fazia nada... nem [para o] campo e, se [fizesse], era eu sozinho” (Camponês 6).

Os pequenos agricultores enfrentaram perdas econômicas e logísticas com o início das medidas de isolamento social e *lockdown*, afetando a comercialização e escoamento dos produtos (Barbosa, 2020; Duarte *et al.*, 2020). Além disso, a pandemia teve repercussões nas relações familiares e na vida cotidiana, saúde e renda, o que gerou impactos na própria renda, produção, comercialização, saúde, qualidade de vida, no crédito e nos aspectos sanitários. Isso ficou evidente nos dizeres dos/as entrevistados/as: “Eu acho que o impacto maior [...] foi a questão da renda [...]. Da saúde e da renda [...], porque hoje as pessoas são mais doentes, [elas] gastam mais com remédios” (Camponesa 5) e “Na família, a gente ficou [com] aquele medo [...]. Eu não queria ninguém [...] comigo” (Camponês 6).

Ademais, as incertezas quanto ao futuro se intensificaram durante a pandemia de Covid-19, tendo em vista o aumento dos preços de produtos e a carestia generalizada, dificultando o trabalho, a renda e a vida, refletindo na intensificação das inseguranças, carências e dificuldades. Conforme o relato de Camponesa 10, “Por conta da carestia [...], hoje a gente não pode fazer o que fazia antes [...]. Enquanto eu plantava quatro tarefas de terra, esse ano eu só [...] planto duas”. Além disso, Camponês 4 relata que:

Tudo ficou mais caro na pandemia [...]. Aí [...], alguma coisa que a gente ia vender também... era mais caro [...] por conta disso [...]. Se tornava mais difícil [...]. [Havia] pouca gente nas feiras [...]. Aquele tempo que parou, é... ficou mais difícil [...]. Tem que saber fazer para viver, sobreviver com um salário.

A pandemia provocou, mais frequentemente, sentimentos negativos como medo e insegurança, produzindo situações de ansiedade nos/nas trabalhadores/as. Essa situação configurou-se como potencial desgaste, gerando sobrecarga, sofrimento psíquico e emocional, além da aversão a qualquer pensamento e lembrança do período pandêmico, conforme relatado adiante: “[A] ansiedade e [o] medo se [tornaram] mais presentes [...]. Nas relações de trabalho [também], as pessoas [...] ficaram muito tensas” (Camponês 7); “Toda coisa ruim ela trouxe [...]. Eu peço a Deus direto, que não se repita... [...] Porque foi horrível [...], não é nem bom pensar” (Camponês 4).

Como resultado, essas situações de instabilidade emocional, conflito, desconforto, culpa, frustração e sofrimento psicológico resultaram em ansiedade, depressão, alcoolismo e fragilização do bem-estar mental, intensificando os distúrbios e gerando novos problemas de saúde, vida e trabalho (Duarte *et al.*, 2020; Futemma *et al.*, 2021; Oliveira; Ribeiro, 2021; Sousa *et al.*, 2020).

Em relação ao trabalho no campo, os/as camponeses/as destacaram sua importância para garantir a qualidade de vida, especialmente durante a pandemia: “Tinha hora que a gente sentia aquela alegria de voltar [...] para o trabalho” (Camponês 6). Além de seu relato, Camponesa 3 afirma que:

Dentro dos quintais [...], dentro dos lotes... [...] quando você estava lá [...], você se sentia quase tranquilo [...]. Mas, quando você chegava dentro de casa [...], aí voltava à realidade [...]. [Você] ligava um rádio [...], uma televisão, você só via aquilo ali [...]. Era [...] tipo uma terapia que você [...] esquecia o povo do mundo lá fora [...]. Lá no campo era [...] quase melhor do que estar dentro de casa, naquele período.

Diferentemente de outras formas de trabalho que foram geradoras de dor, sofrimento e morte, o trabalho na agricultura camponesa foi potencialidade, força e refúgio diante dos medos, das angústias, dos sentimentos negativos, da ansiedade e das aflições frequentes durante o período pandêmico. Destacaram-se, assim, sentidos e percepções de um trabalho benéfico e terapêutico, que foi responsável, em grande parte, por ser um meio de alívio e fuga da caótica realidade vivenciada, por gerar forças e estímulos para enfrentar a pandemia, suas adversidades e impactos.

De modo geral, trata-se de um trabalho autônomo, desenvolvido entre familiares, parentes e amigos/as que possuem relações afetivas, de vínculo e cuidado com a natureza e os animais, e que resiste à exploração capital-trabalho; um trabalho repleto de potencialidades, significados e sentimentos, a tal ponto que continuar trabalhando configurou-se também como uma necessidade de saúde dos/as camponeses/as, uma vez que consideraram que estar no roçado os fazia bem, por ser bom e benéfico. Assim, trabalhar no campo foi imprescindível para ter saúde, paz, bem viver e trazer vida em meio ao contexto de pandemia.

Desse modo, há um sentido no trabalho construído e estruturado a partir das vivências, experiências e identificação singular dos/das próprios/as camponeses/as. Esse trabalho, inclusive, é intrínseco às suas vidas desde muito cedo, assumindo um sentido de prazer, dignidade e satisfação, estando, inclusive, associado à maneira de ser e se relacionar com o mundo, o campo, a natureza e os animais, pautando-se no sentido de manutenção de modos de vida e de ser camponês/esa (Barth *et al.*, 2016).

Além disso, é importante ressaltar que, em contraste com a realidade de negligência, insegurança alimentar e fome enfrentada por muitos/as agricultores/as durante a pandemia, a agricultura familiar camponesa em Apodi demonstrou características de autossustentabilidade. Dessa forma, mesmo diante do cenário crítico da pandemia, os/as camponeses/as de Apodi, assim como os/as vários/as de outros municípios brasileiros, reafirmaram a sua importância na mitigação da fome e no suprimento da necessidade de alimentação de muitos grupos vulneráveis e negligenciados, a partir de distribuições oriundas da agricultura familiar camponesa (Ribeiro-Silva *et al.*, 2020):

Mandamos umas 400 cestas para as comunidades rurais. As pessoas me diziam: “Não, tá tranquilo aqui”. Inclusive, nós fizemos campanha de arrecadação de alimentos nas comunidades para mandar para Mossoró [...]. [Por outro lado], quem estava no sistema [...] do agronegócio, ou até empregados no mercado [...], estavam [...] numa situação mais crítica (Camponês 7).

Portanto, é essencial despertar a reflexão sobre os significados e potencialidades dos diferentes tipos de trabalho, visando a proporcionar formas de produção e trabalho que promovam o bem-estar. Além disso, garantir as condições necessárias para a existência e resistência do trabalho no campo é fundamental, contrapondo o paradigma do agronegócio e do trabalho como fonte de desgaste e adoecimento, pois durante a pandemia o trabalho dos/das camponeses/as revelou-se como crucial para promover o bem-viver.

Entre ter trabalho, arritmias, pânico e a necessidade de sobreviver: os problemas, as necessidades de saúde e as estratégias de sobrevivência de agricultores/as camponeses/as na pandemia de Covid-19

Neste tópico, serão apresentados e discutidos os problemas de saúde dos/das camponeses/as, seguidos de suas principais necessidades de saúde e estratégias para enfrentar os impactos da pandemia de Covid-19.

Pandemia e os problemas de saúde dos/das camponeses/as

Este subtópico inicia-se com a expressiva fala da Camponesa 10: “O que mudou é que a gente arranhou mais problemas de saúde”. Segundo os/as camponeses/as, a partir da pandemia de Covid-19, produziu-se uma diversidade de problemas de saúde, os quais prejudicaram e/ou impossibilitaram a realização do trabalho de forma adequada, além de terem tido repercussões na própria vida. Destarte, os principais problemas de saúde identificados, decorrentes da pandemia de Covid-19, estão sistematizados no Quadro 1.

Quadro 1 – Problemas de saúde decorrentes da pandemia de Covid-19 referidos por agricultores/as camponeses/as de Apodi/RN, em 2023

Agricultores/as camponeses/as	Problemas de saúde
Camponês 1	<ul style="list-style-type: none"> ● Covid-19; ● Arritmia; ● Descontrole de diabetes; ● Tremores; ● Abalo emocional; ● Nervosismo.
Camponês 4	<ul style="list-style-type: none"> ● Covid-19; ● Dores de cabeça mais frequentes.
Camponesa 5	<ul style="list-style-type: none"> ● Covid-19; ● Audição reduzida; ● Desatenção; ● Dificuldade para respirar; ● Cansaço com facilidade; ● Queda de cabelo; ● Pânico; ● Ansiedade.
Camponês 6	<ul style="list-style-type: none"> ● Covid-19; ● Infecção intestinal; ● Dores ósseas, fraqueza, indisposição e cansaço; ● Dificuldade para respirar ao esforço; ● Pré-infarto (pós-Covid).
Camponês 7	<ul style="list-style-type: none"> ● Covid-19; ● Asma mais ativa; ● Gordura no fígado (pós-Covid).
Camponês 8	<ul style="list-style-type: none"> ● Covid-19; ● Hipertensão descontrolada; ● Problema de vista (pós-Covid).
Camponesa 10	<ul style="list-style-type: none"> ● Covid-19; ● Irritação na garganta; ● Esquecimento; ● Alergias a produtos de limpeza (pós-Covid); ● Irritação e sangramento nasal; ● Ansiedade; ● Acidente Vascular Encefálico (AVE), culminando sequelas no olho, paralisia facial e ferimento em um ouvido (pós-Covid).

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Para os/as camponeses/as, os principais problemas de saúde estavam relacionados a problemas biomédicos, como doenças, agravos e sequelas, refletindo uma visão de mundo pautada no biologicismo da relação saúde/doença. Essa concepção dos problemas de saúde é

resultado da hegemonia do paradigma biomédico, que, ao longo do tempo, passou a dominar o imaginário popular, sobretudo em uma sociedade que está habituada a enxergar, nos serviços de saúde, um foco majoritário nas doenças e em uma assistência voltada para a medicalização e hospitalização. Essas percepções, portanto, reforçam o predomínio do modelo biomédico nos dias atuais, apesar de suas raízes históricas remontarem ao contexto Renascentista e à Revolução Artístico-Cultural daquele período (Melo; Freitas, 2023).

Por outro lado, outros problemas associados às diversas formas de garantia de vida e sobrevivência na pandemia, relacionados ao trabalho e comercialização da produção, bem como à continuidade da vida, emergiram, mesmo que não tenham sido diretamente relatados pelos/as camponeses/as. Entre esses problemas, destacam-se: incertezas quanto à renda e carestia, insegurança alimentar e ao isolamento social. Assim sendo, esses problemas possibilitam uma concepção mais ampliada de saúde, demandando necessidades de saúde e sobrevivência dos/as camponeses/as durante a pandemia.

Isso não significa deslegitimar as falas dos/das camponeses/as, pois o agravo é concreto e se manifesta como desgaste dos/das trabalhadores/as, acentuando iniquidades e exclusões. Contudo, a ausência de trabalho, a insegurança alimentar, o isolamento social, entre outros problemas de saúde vividos pelos/as próprios/as camponeses/as, revelam a força político-ideológica do modelo biomédico. Desse modo, são necessários maiores esforços de articulação entre movimentos sociais e a universidade para instigar reflexões sobre os interesses que permeiam a relação trabalho/saúde/ambiente.

“Se num souber fazer, num sobrevive não”: necessidades de saúde e sobrevivência de agricultores/as camponeses/as na pandemia de Covid-19

As necessidades de saúde e sobrevivência estão diretamente interligadas às maneiras de produção e reprodução social, variando conforme os grupos sociais e suas especificidades, não se limitando às necessidades no âmbito biomédico, estando relacionadas às carências, ausências, vulnerabilidades, desigualdades, iniquidades e a tudo o que é necessário para se ter saúde (Paim, 2006; Silva, 2021).

É inegável que o contexto pandêmico produziu novas necessidades de saúde e sobrevivência dos/das camponeses/as, bem como acentuou antigas. Em geral, estão expressas na necessidade de trabalhar; na necessidade de reorganizar o trabalho no campo, considerando as medidas de biossegurança; e, por fim, na necessidade de um Sistema Único de Saúde (SUS) forte. Assim, essa discussão adota como ponto de partida uma compreensão ampliada e crítica

dessas necessidades, extrapolando as demandas puramente biológicas, estando assim relacionadas aos modos de viver e trabalhar de cada sujeito social, sendo produzidas a partir da inserção e das relações entre trabalho/saúde/ambiente, de modo particular, no período pandêmico.

No que diz respeito à necessidade de trabalhar, os/as camponeses/as afirmam: “É um impacto muito grande [...], porque se você não trabalha, você não vai ter como cuidar da saúde [...]. É uma coisa ligada a outra, né?” (Camponesa 5); “Se o ‘caba’ parar, [...] eu acho que é pior. [...] Você tem que trabalhar” (Camponês 4). No entanto, reconhece-se que essa necessidade foi prejudicada em decorrência das constantes interrupções promovidas na maioria das atividades produtivas, como relata o Camponês 9: “A gente trabalhava um mês... aí vinha, começava aquilo de novo, e parava”.

Como forma de garantir a necessidade de trabalho, foi feita a adoção de medidas que possibilitassem a continuidade da produção, do trabalho e da comercialização dos produtos produzidos no campo. Desse modo, muitos/as camponeses/as tiveram que se adaptar às novas formas de interagir, se relacionar, socializar e comercializar, por intermédio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), a partir da utilização das redes sociais para viabilizar a divulgação dos produtos, realização das encomendas/pedidos e entregas (Antunes, 2020):

Muitas vezes, [...] nosso produto não podia [ser vendido] por conta das restrições [...]. Por outro lado [...], abriu outro mercado também, que foi do *WhatsApp*. Nós conseguimos vender muito também [...]. Divulgávamos pelo *WhatsApp* [...], e ficaram até hoje as divulgações... no *Instagram*, no *Facebook*... Contribui muito também (Camponês 8).

Ao mesmo tempo em que a utilização das TIC possibilitou a comercialização dos produtos, ocasionou a intensificação e o prolongamento da jornada de trabalho dos/das camponeses/as, como é afirmado pelo Camponês 7: “Muita coisa tendo que [ser atrelada] no mundo virtual, com o mundo real. [...] Imagine um camponês que... nem todos têm acesso à internet [...]. Como era que ele se virava, né?”.

Ademais, a necessidade de trabalhar durante a pandemia traduziu-se, também, na necessidade de desempenhar trabalhos distintos da agricultura. Inclusive, em alguns casos, muitos/as trabalhadores/as precisaram se submeter a situações de risco e perigo, na tentativa de melhorar suas condições financeiras, amenizar adversidades e viabilizar a sobrevivência própria e da família, como evidente nos relatos a seguir: “Meu esposo teve a oportunidade de trabalhar no hospital... um trabalho intermitente, que é um trabalho tipo escravo [...]. Como a gente precisava de uma oportunidade [...], ele arriscou. Mas, mesmo assim, eu tinha muito medo”

(Camponesa 5); “Como a agricultura estava muito devagar, eu [montei] uma padaria em casa. Trabalhava eu e minha esposa [...]. Passamos a cortar palha [...] no tempo de verão” (Camponês 6).

Muitos/as camponeses/as, diante do crítico contexto pandêmico, sentiram-se obrigados/as e privilegiados/as em conseguirem outras oportunidades de trabalho, mesmo que em uma verdadeira espécie de servidão e superexploração, afastando-os/as dos seus cercados e modos de vida e trabalho singulares. Nesse sentido, o Camponês 7 evidencia: “Quem dita a regra é o capital, não é o trabalhador. Aí, ao trabalhador, só restava a obrigação de ir ao trabalho e correr o risco”.

Enquanto isso, no que diz respeito à necessidade de reorganizar o trabalho no campo, destacam-se modificações na organização do processo de trabalho, na perspectiva de respeitar e cumprir os protocolos de biossegurança, isolamento e quarentena, em virtude da necessidade de adequação do trabalho a uma nova rotina, logística e realidade.

Diante da quarentena, alguns e algumas camponeses e camponesas estabeleceram acordos e parcerias com familiares ou contrataram outros/as trabalhadores/as para garantir a continuidade do trabalho no campo, especialmente nos períodos em que adoeciam devido à Covid-19, como relata o Camponês 8: “Um irmão meu é quem ficava cuidando das nossas coisas. [...] Para tirar o leite, aí [o] papai contratava outra pessoa”.

Ademais, destaca-se que, em virtude do isolamento social, a vida e o trabalho no campo ficaram mais individualizados, como afirmam o Camponês 1 e o Camponês 2, respectivamente: “O pior que a epidemia fez foi obrigar que você fique sozinho [...]. Foi muito difícil... até porque você ficou isolado!”; “Durante a pandemia, não tinha trabalhador, não, [...] era eu sozinho”.

Diante disso, a necessidade de reorganização do trabalho no período de isolamento social produziu, para além de um processo de individualização no mundo social, a individualização no mundo de trabalho e, conseqüentemente, no trabalho no campo, tendo como desdobramento a sobrecarga de trabalho (Ianni *et al.*, 2022), como relata o Camponês 7: “Eu acho que ficou mais atarefado, mais agoniado... uma correria maior [...]. Aí, nas relações de trabalho, as pessoas ficam muito tensas”.

Além disso, na tentativa de mitigar os riscos de contaminação durante o trabalho no campo, alguns e algumas camponeses/as adotaram algumas medidas de biossegurança, conforme relatado abaixo:

Todos tinham por obrigação levar sua garrafa de álcool e deixar no pé da porteira [...]. Quem passasse, tinha que colocar álcool nas mãos [...]. Se não tivesse álcool ali, a gente já [ficava] preocupado [...]. Até no campo, a gente [ficava] de máscara, roupa de manga comprida e de luva... foi uma coisa que a gente se preveniu muito (Camponesa 10).

Por fim, no que diz respeito à necessidade de um SUS fortalecido, foram apontadas condições fundamentais para a resolutividade e efetividade dos serviços de saúde em geral, bem como para a garantia de condições para a manutenção da saúde e da sobrevivência durante a pandemia. Destacaram-se, assim, a necessidade de oferta e acesso a consultas, atendimentos diversos, gratuidade de alguns medicamentos e realização de testes para Covid-19, em resposta ao aumento da demanda por serviços, decorrente dos novos problemas gerados e/ou intensificados pela pandemia, além da suspensão de diversos atendimentos.

Aí também tinha que pagar, né? Porque pelo SUS [é] tudo demorado... aí, você não consegue. [...] Sem falar da ausência de políticas públicas... acabou o remédio popular... na epidemia, você deixou de ter o básico. [...] Era uma necessidade que a UBS fizesse os testes de Covid [...]. Todos os testes que a gente fez foram pagos... não conseguimos pelo SUS. [...] Foi R\$ 1.200 [...], [um dinheiro] que você podia comprar comidas (Camponês 1).

Desse modo, a necessidade de um SUS forte, que garantisse o direito à saúde pelo Estado, não se concretizou para os/as camponeses/as. É inegável o papel que o SUS desempenhou na defesa da vida no período pandêmico, momento em que o Brasil reaqueceu a legitimidade do Sistema Único de Saúde e despertou um olhar diferenciado para esse Sistema (Costa; Rizzotto; Lobato, 2020). Por outro lado, radicalizou antigos desafios relacionados ao financiamento, acesso aos serviços de saúde, à formação dos trabalhadores, gestão e relação público-privado (Castro *et al.*, 2023; Dweck; Moretti; Melo, 2021; Gervason; Colussi, 2022).

Todavia, apesar de grande parcela de camponeses/as ter adotado estratégias de enfrentamento dos impactos decorrentes da pandemia, alguns e algumas deles/as não conseguiram vislumbrar, acessar e colocar em prática estratégias para amenizar as adversidades emergentes, ficando à mercê do destino. Nesse viés, a Camponesa 5 afirma: “a gente ficou meio sem norte, assim, sabe? [...] Levamos nas costas com o que tinha mesmo”.

Considerações finais

A pandemia de Covid-19 consistiu em uma crise multifacetada a impactar sujeitos historicamente negligenciados e vulnerabilizados. Assim, esse contexto impactou o processo

de trabalho, a relação vida/trabalho/saúde, além de ter evidenciado os sentidos do trabalho dos/as camponeses/as.

Ademais, os problemas de saúde percebidos explicitamente pelos/as camponeses/as foram, em sua maioria, de natureza biológica e patológica. Entretanto, implicitamente, identificaram-se questões mais amplas, relacionadas aos seus modos de viver e trabalhar, como as dificuldades na comercialização, a diminuição da renda, a intensa carestia, a insegurança alimentar, a miserabilidade, a fome e o isolamento social. Assim, para a garantia da sobrevivência, emergiram e se intensificaram necessidades como a continuidade do trabalho e da comercialização, com o uso de tecnologias digitais ou a busca por outras formas alternativas de trabalho; a reorganização das atividades no campo, considerando o cumprimento das medidas e protocolos de biossegurança, isolamento e quarentena; e, por fim, a necessidade de um SUS forte e resolutivo, capaz de atender às distintas demandas de saúde e viabilizar condições para se ter saúde e sobreviver nesse contexto adverso.

Diante desses problemas e necessidades de saúde, foram adotadas e construídas estratégias individuais e coletivas para o enfrentamento e sobrevivência. Porém, constatou-se que a sobrevivência no campo se tornou difícil em virtude do contexto pandêmico. Assim, devido à sua complexidade, emergiu a necessidade não somente de viver, mas sobreviver diante das diversas adversidades, exigindo que os/as camponeses/as fossem fortes e resistentes para continuarem existindo, embora muitas vezes parecesse que viver fosse uma impossibilidade. Nessa perspectiva, o trabalho no campo configurou-se como algo terapêutico e benéfico, além de um refúgio para os/as camponeses/as, gerando forças para enfrentar o período pandêmico e seus impactos.

Portanto, este estudo possibilitou a aproximação, o conhecimento e a compreensão da realidade dos/das camponeses/as de Apodi/RN, permitindo vislumbrar os impactos provocados pela pandemia ao trabalho, à saúde e à vida desses indivíduos, bem como os seus problemas e necessidades de saúde, além das estratégias de enfrentamento adotadas frente aos impactos pandêmicos. Logo, evidenciou-se a necessidade de desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas que assegurem melhores condições de vida, saúde, trabalho e efetivação de direitos essenciais a essa população invisibilizada.

Por fim, reforça-se que este estudo não encerra as discussões, reflexões e indagações sobre a Saúde dos/das Trabalhadores/as da agricultura camponesa diante do contexto pandêmico. Assim, espera-se despertar o interesse para a realização de novos estudos acerca dessa temática. Portanto, deseja-se que a presente pesquisa possibilite novos percursos e desafios interpretativos e reflexivos.

Referências

ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARBOSA, F. Pandemia reduz negócios e acende sinal de alerta para a agricultura familiar: desemprego, perda de renda e fechamento de pequenas empresas desafiam, mas uso da tecnologia tem sido boa opção. **Globo Rural**, São Paulo, 22 set. 2020. Disponível em: <https://globorural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2020/09/pandemia-acendeu-sinal-de-alerta-para-agricultura-familiar.html>. Acesso em: 4 jul. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARTH, M. *et al.* Características do trabalho na agricultura familiar e sua influência na emigração dos jovens. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 17, n. 41, p. 256-276, jan./jun. 2016. DOI 10.22456/1984-1191.64569. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/64569>. Acesso em: 19 jun. 2023.

BASILE, G. SARS-CoV-2 en América Latina y Caribe: las tres encrucijadas para el pensamiento crítico en salud. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3557-3562, set. 2020. DOI 10.1590/1413-81232020259.20952020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/JHBckvyp64ZDTmNVTNd6BvS/#>. Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus**. **Gov.br**, 26 fev. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/02/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus#:~:text=O%20Brasil%20confirmou%2C%20nesta%20quarta,para%20It%C3%A1lia%2C%20regi%C3%A3o%20da%20Lombardia>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos; Revoga as (RES. 196/96); (RES. 303/00); (RES. 404/08). Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CASTRO, J. L. *et al.* A gestão da pandemia de covid-19 e as suas repercussões para o gestor do SUS. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. supl. 2, p. e230491pt, 2023. DOI 10.1590/S0104-12902023230491pt. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/XQhNWhsnJqyRZ8KBXg35Rtd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 fev. 2024.

COSTA, A. M.; RIZZOTTO, M. L. F.; LOBATO, L. V. C. Na pandemia da Covid-19, o Brasil enxerga o SUS. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 125, p. 289-292, abr./jun. 2020. DOI 10.1590/0103-1104202012500. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/PbzsnQF5MdD8fghmbVJf9r/#>. Acesso em: 17 fev. 2024.

COSTA, S. S. B. *et al.* Spatial analysis of hospital-related mortality due to COVID-19 among children and adolescents in Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, p. e19892022, 2024. DOI 10.1590/1413-81232024291.19892022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/wz9FRKNfkrk7xSzj6XPTX8F/#>. Acesso em: 5 mar. 2024.

DUARTE, M. Q. *et al.* COVID-19 e os impactos na saúde mental: uma amostra do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3401-3411, 2020. DOI 10.1590/1413-81232020259.16472020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ghSHWNYkP6gqJm4LQVhkB7g/#>. Acesso em: 10 fev. 2024.

DWECK, E.; MORETTI, B.; MELO, M. F. G. C. Pandemia e desafios estruturais do CEIS: financiamento do SUS, federalismo da saúde e as relações público-privadas. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 28, p. 239-265, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/sites/default/files/CEIS%204.0%20no%20contexto%20da%20Covid-19%20-%20Cadernos%20do%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 17 set. 2024.

FARO, A. *et al.* COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 37, p. e200074, 2020. DOI 10.1590/1982-0275202037e200074. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/dkxZ6QwHRPhZLsR3z8m7hvF/>. Acesso em: 11 abr. 2021.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan. 2008. DOI 10.1590/S0102-311X2008000100003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Zbfsr8DcW5YNWVkyMVBByhrN/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FUTEMMA, C. *et al.* A pandemia da Covid-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**, Belém, v. 16, n. 1, p. e20200143, 2021. DOI 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0143. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/wVG8tdPZQjDgspphx7sVJYN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jan. 2023.

GERVASON, T. A.; COLUSSI, J. E. Saúde e mobilidade urbana: uma análise das dificuldades de acesso ao sistema único de saúde durante a pandemia da covid-19. **Revista Húmus**, Porto Alegre, v. 12, n. 36, p. 26-41, 2022. DOI 10.18764/2236-4358v12n36.2022.22. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/19092/11241>. Acesso em: 15 maio 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IANNI, A. M. Z. *et al.* Individualização e trabalho no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 134, p. 857-869, jul./set. 2022. DOI 10.1590/0103-1104202213419. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Yr5mYkZfxCXfRSGFndyzRQn/?lang=pt#>. Acesso em: 6 abr. 2024.

MELO, A. H. F.; FREITAS, F. Esquizofrenia, modelo biomédico e a cobertura da mídia. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 136, p. 96-109, jan./mar. 2023. DOI 10.1590/0103-1104202313606. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/zwwyCkhSqzZcNR5p7jpjX5f/#>. Acesso em: 3 fev. 2024.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

NATIVIDADE, M. S. *et al.* Distanciamento social e condições de vida na pandemia COVID-19 em Salvador-Bahia, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3385-3392, 2020. DOI 10.1590/1413-81232020259.22142020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/kjGcdPcnc3XdB7vzGJjZVzP/#>. Acesso em: 25 jan. 2024.

OLIVEIRA, G. L.; RIBEIRO, A. P. Relações de trabalho e a saúde do trabalhador durante e após a pandemia de COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 3, p. e00018321, 2021. DOI 10.1590/0102-311X00018321. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2021.v37n3/e00018321/pt/>. Acesso em: 26 jan. 2023.

OPAS/OMS. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19**. OPAS/OMS, Washington, 5 maio 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 31 jul. 2023.

PAIM, J. S. **Desafios para a saúde coletiva no século XXI**. Salvador: EDUFBA, 2006.

PIGNATTI, W. A.; MACIEL, R. H. M. O.; RIGOTTO, R. M. Saúde do trabalhador. *In*: ROUQUAYROL, M. Z.; SILVA, M. G. C. (org.). **Epidemiologia & Saúde**. 7. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013. p. 355-371.

PONTES, A. G. V. **Saúde do trabalhador e saúde ambiental: articulando universidade, SUS e movimentos sociais em território rural**. 2012. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Medicina, Departamento de Saúde Comunitária, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/4136>. Acesso em: 23 jun. 2025.

PONTES, A. G. V.; SILVA, R. T.; SILVA, J. V. Cargas de trabalho, precarização e Saúde do Trabalhador no agronegócio no semiárido do Nordeste brasileiro. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 139, p. 729-745, out./dez. 2023. Disponível em: <https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/8294>. Acesso em: 13 ago. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI. **A Prefeitura de Apodi vem a público informar à população que saiu o resultado do segundo caso SUSPEITO DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID- 19) em Apodi, sendo o PRIMEIRO CASO POSITIVO para o COVID-19. A equipe da Prefeitura já deu toda a orientação necessária ao paciente.**

Apodi, 29 mar. 2020. Instagram: @prefeituramunicipaldeapodi. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-U0C7NFFyO/?igshid=y2h9m9y7tcfp>. Acesso em: 21 abr. 2021.

RIBEIRO-SILVA, R. C. *et al.* Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020. DOI 10.1590/1413-81232020259.22152020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mFBrPHcbPdQCPdsJYN4ncLy/?lang=pt>. Acesso em: 29 abr. 2021.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SILVA, J. V. **Necessidades de saúde de adolescentes e jovens na sociedade contemporânea: um estudo em Mossoró**, Rio Grande do Norte. 2021. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-08092021-151046/pt-br.php>. Acesso em: 23 jun. 2025.

SOUSA, A. R. *et al.* Sentimento e emoções de homens no enquadramento da doença Covid-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3481-3491, 2020. DOI 10.1590/1413-81232020259.18772020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/BQS5NSyYS4v4kdKhwtSMWtH/#>. Acesso em: 26 jan. 2024.

VINCI, D. L.; POLIDORI, C.; POLIDORI, P. The healthcare and pharmaceutical vulnerability emerging from the new Coronavirus outbreak. **European Journal of Hospital Pharmacy**, [s. l.], v. 27, n. 3, p. 129-130, mar. 2020. DOI 10.1136/ejhpharm-2020-002278. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC7223278/>. Acesso em: 24 abr. 2021.

WONG, J. E. L.; LEO, Y. S.; TAN, C. C. COVID-19 in Singapore-current experience: critical global issues that require attention and action. **JAMA**, Chicago, v. 323, n. 13, p. 1243-1244, abr. 2020. DOI 10.1001/jama.2020.2467. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32077901/>. Acesso em: 23 abr. 2021.

Submetido em 17 de setembro de 2024.

Aprovado em 19 de março de 2025.